

Governo muda regras da conversão

por Cláudia Safatle
de Brasília

O Ministério da Fazenda vai mudar as regras da conversão formal da dívida externa em investimento de risco, mas não pretende, pelo menos por enquanto, alterar as normas do "re-lending" — reemprestimo interno dos recursos externos — porque este, sim, é um compromisso contratual do acordo recém-fechado com os bancos credores.

A conversão da dívida em investimento, no ano que vem, deverá sofrer mudanças para reduzir seu impacto sobre a expansão monetária, internamente. Isso, porém, não implicará reabertura do acordo com os bancos, porque ela é fruto da Resolução nº 1.460, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que antecedeu o acerto da dívida com os bancos credores e não representa cláusula contra-

tual. Foi o que explicou o secretário de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, em entrevista ontem.

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, informou que entre as alternativas para reduzir o impacto da conversão sobre a expansão monetária constam a suspensão dos leilões por seis meses, a partir do ano que vem; alargamento dos leilões de mensais para bimensais; redução do teto de conversão mensal de US\$ 150 milhões para US\$ 100 milhões; e congelamento dos cruzados correspondentes por 180 dias no Banco Central.

O governo ainda não se teria decidido sobre qual dessas medidas levará à aprovação do CMN, que se reúne dia 30 próximo, quarta-feira. Provavelmente, será uma combinação entre duas dessas medidas.

Amaral informou, também, que técnicos do Ministério da Fazenda estão estudando uma série de alternativas para a redução do estoque da dívida externa já a partir do ano que vem, com diminuição do montante das transferências de recursos que o País faz anualmente para o exterior, que hoje atingem a faixa de 4 a 5% do PIB.

REUNIÃO DE MINISTROS

Esse cardápio de medidas que deverão ser exploradas será levado pelo ministro da Fazenda brasileiro à reunião dos ministros de Fazenda dos oito países latino-americanos endividados, nos dias 11 e 12 próximos no Rio de Janeiro. Nóbrega acha que "1989 será caracterizado como o ano de endurecimento das posições dos países latino-americanos" na questão da dívida externa, e desta reu-

nião no Rio deverá sair uma proposta comum dos endividados para os países credores. Não se trata de uma mudança da posição do governo brasileiro diante do novo quadro político surgido das eleições municipais de 15 de novembro, que levou os partidos de esquerda ao comando de importantes prefeituras. Trata-se, segundo disse o ministro da Fazenda no programa "Crítica & Autocrítica", do encaminhamento da fase quatro da estratégia de negociação: primeiro foi o acordo com os bancos privados, depois com o Fundo Monetário Internacional, em terceiro o acordo com o Clube de Paris e, agora, a redução da dívida externa, tarefa que será levada adiante no ano que vem.

Esta quarta etapa está delineada em três caminhos, explicou Amaral: 1) o aprofundamento dos mecanismos de redução do es-

toque da dívida através do próprio mercado; 2) a possibilidade de um organismo como o Banco Mundial ou o FMI comprar a dívida do Terceiro Mundo no mercado secundário por um valor menor, repassando o desconto para o país devedor.

São alternativas que estão sendo discutidas pelos especialistas do mercado financeiro internacional, por governos dos países industrializados e idéias que os próprios técnicos do Banco Central e Ministério da Fazenda brasileiros estão buscando desenvolver, segundo Amaral.

Na área dos mecanismos de mercado, ele disse que "estamos estudando alternativas como a da securitização feita pelo México e o bônus com colateral". Este último representaria a troca do título que o banco credor dispõe hoje como crédito brasileiro por um novo, de valor menor, mas com

garantia de exportação futura de alguma commodity do País. Essa medida não se assemelharia à conversão em exportação, porque neste caso o importador se apropriaria do deságio, enquanto que no título com colateral o deságio seria capturado pelo Banco Central do Brasil.

Os dois outros caminhos envolvem os organismos de crédito multilaterais. E uma das idéias que estão sendo analisadas pelos técnicos brasileiros foi proposta pelo presidente da França, François Mitterrand, pela qual o Fundo Monetário compraria a dívida externa dos países endividados emitindo direitos especiais de saque, com um desconto considerável, repassando esse desconto para os devedores.

"Nós pretendemos passar o governo em março de 1990 já com os rumos definidos na área externa", concluiu Amaral.